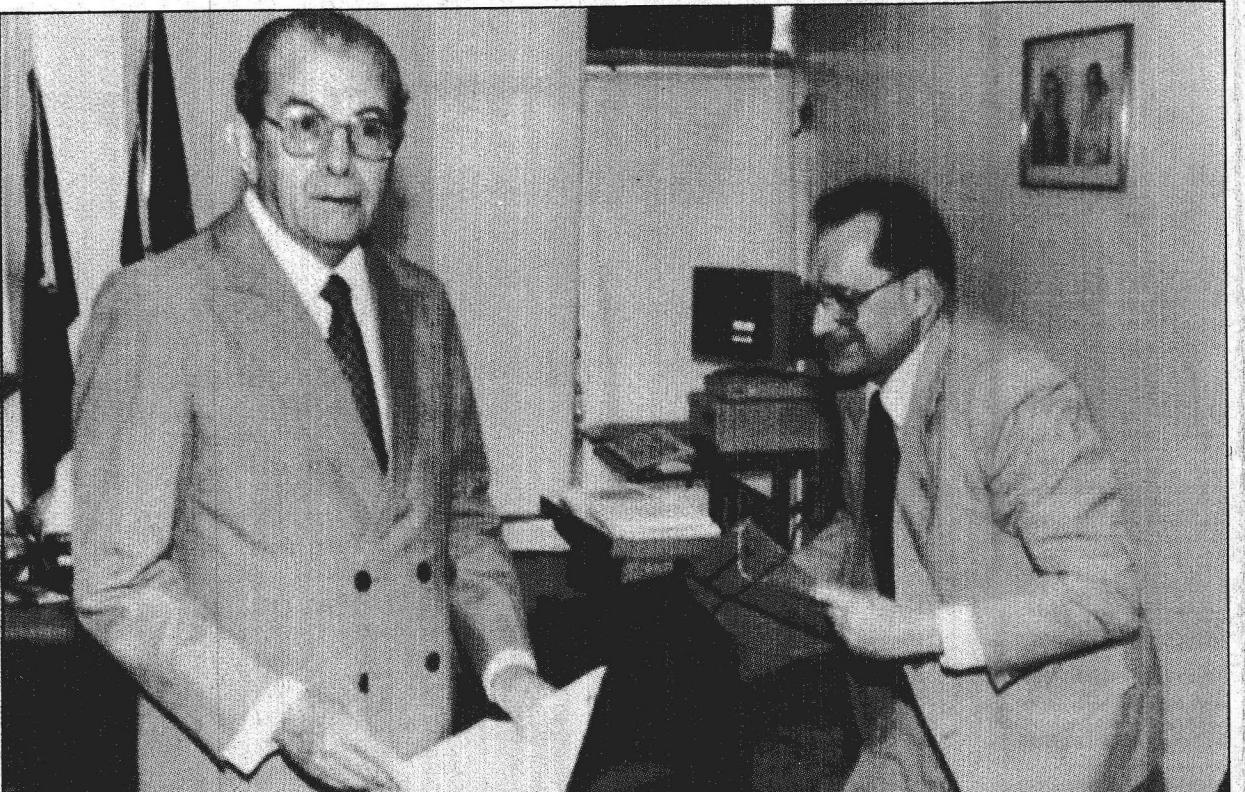


Odebrecht: pleitos oficiais.

ENTRE OS DOCUMENTOS ESTÃO CÓPIAS DE OFÍCIOS DE GOVERNADORES E PARLAMENTARES PROTOCOLADOS NO MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL



Presidente e relator da CPI do Orçamento, Passarinho e Magalhães.



Na documentação da Construtora Norberto Odebrecht apreendida pela Polícia Federal, que está sendo analisada pela CPI do Orçamento, estão cópias de ofícios de governadores, prefeitos e parlamentares protocolados no Ministério do Bem-Estar Social, muitos dos quais — segundo a subcomissão do patrimônio — foram encaminhados pela própria empreiteira para pressionar pela liberação de verbas. No jargão da Odebrecht, esse tipo de expediente é denominado “ofícios de priorização”.

Na caixa com as cópias de ofícios de governadores, a PF encontrou um texto sem data em que o ex-governador do Acre Edmundo Pinto concluía uma carta dirigida a um ministro. Pinto foi assassinado em São Paulo no ano passado porque, segundo as apurações, pretendia denunciar a escolha irregular da Odebrecht na licitação para construção do Canal da Ma-

ternidade, em Rio Branco. O texto é o seguinte: “Senhor Ministro, pelas razões acima expostas e por estarem vários operários à espera do reinício das obras, apelo que, em caráter de urgência, ordene os procedimentos administrativos capazes de que cheguem ao Acre os recursos retidos e essenciais ao prosseguimento das obras. Os prejuízos se avolumam e mais exarcebam a fúria oposicionista”.

Quebra hierárquica DESAVENÇA OFICIALIZADA

O único ofício encontrado nessa caixa dirigida ao ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, mostra a quebra de hierarquia pouco comum no serviço público por parte da secretaria de Agricultura em exercício de Pernambuco, Maria Tereza Caminha Duere, que assina o pedido. Ela pede que o ministro “solicite ao diretor-geral do Dnocs a liberação

de Cr\$ 15 bilhões previstos no Orçamento Geral da União para complementação da perenização do rio Ipojuca”. Duere encaminha cópia do ofício ao próprio diretor do Dnocs, Luiz Marques.

A Odebrecht também guardou cópia do ofício protocolado em 6 de outubro último no gabinete do ministro do Bem-Estar Social, em que o secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação da Bahia, César Augusto Rabello Borges, reclama da “descabida pretensão” do ministério em colocar a prefeitura de Salvador como interveniente para liberação de recursos do Orçamento da União para o Estado. “O objetivo é manifestamente espúrio, razão pela qual é imperiosa a exclusão da mesma celebração dos referidos convênios”, protesta o secretário, deixando claro que nem mesmo a liberação de recursos públicos fica de fora da briga entre o governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães, e o ministro Jutahy Magalhães Jr.